



O DEBATE SOBRE O PAPA PIO XII, O HOLOCAUSTO E OS REFUGIADOS DO NAZISMO: uma revisão narrativa



André Joaquim Gonçalves de Campos Junior¹
Bianca da Silva Sousa²
Diego Luiz Santos³

Artigo recebido em: 20/01/2025.
Artigo aceito em: 27/03/2025.

RESUMO:

O presente artigo traz uma revisão narrativa acerca do debate sobre a atuação do Papa Pio XII e do Vaticano em relação ao Holocausto e aos refugiados do nazismo durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Tem como objetivo analisar os pontos de vista acerca deste assunto, trazendo à luz os inúmeros argumentos que foram apresentados em diversos meios, sejam eles acadêmicos, religiosos, artísticos ou na imprensa. Num primeiro momento o artigo foca nas maneiras pelas quais o debate se desenvolveu entre as décadas de 1960 e a década de 2010, tendo como marco final a abertura do Arquivo Central da Santa Sé em 2020. A partir deste evento, pesquisadores tiveram acesso à toda uma gama de fontes primárias como relatórios e cartas que, até então eram secretas, dando um novo impulso no debate acerca do Vaticano, o Holocausto e os refugiados.

PALAVRAS-CHAVE: Vaticano; Refugiados; Papa Pio XII; História; Nazismo.

The debate on Pope Pius XII, the Holocaust and refugees from Nazism: a narrative review

¹ Graduando em Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG) pela da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com financiamento do CNPq e sob orientação de Marcus Vinicius Pereira da Silva. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424755830093316>. E-mail: andrejoaquimgcj@gmail.com.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do Programa de Iniciação Científica na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com financiamento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e sob orientação da Prof. Cristiana Facchinetti. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2491105608032131>. E-mail: biancassousa03@gmail.com.

³ Pós-doutorando no Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (DEPES) na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com bolsa financiada pela própria instituição. Tem doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com licenciatura e mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4178073428894320>. E-mail: santos.diegoluiz@gmail.com.

ABSTRACT:

This paper presents a narrative review of the debate surrounding the role of Pope Pius XII and the Vatican in relation to the Holocaust and refugees from Nazism during World War II (1939-1945). Its objective is to analyze the various perspectives on this subject, shedding light on the numerous arguments put forth across different domains, whether academic, religious, artistic, or in the press. Initially, the article focuses on how the debate unfolded between the 1960s and the 2010s, with the opening of the Holy See's Central Archive in 2020 serving as a pivotal moment. Following this event, granted researchers had access to a wide range of primary sources such as reports and letters that had been secret until then, giving new impetus to the debate about the Vatican, the Holocaust and refugees.

KEYWORDS: Vatican; Refugees; Pope Pius XII; History; Nazism.

1. Introdução

Em 1948, menos de meia década após o fim da II Guerra Mundial, o Vaticano produziu o filme “Guerra à guerra” sobre a atuação do Papa Pio XII - que esteve à frente da Santa Sé de 1939 até a sua morte em 1958 - durante o período da guerra. O filme apontava especialmente para a condenação do Papa ao conflito e para seu papel na ajuda de milhares de judeus perseguidos pelo nazismo. De acordo com a produção, o Papa teria utilizado salas do palácio apostólico de Castel Gandolfo para abrigar mulheres e crianças refugiadas, além de converter a Praça de São Pedro e a Basílica de São João de Latrão em refeitórios onde pessoas que passavam pelo sofrimento da guerra pudessem se alimentar. O filme foi realizado por Romolo Marcellini e Giorgio Simonelli e produzido pela Obis Filmes e pelo Centro Católico Cinematográfico e foi perdido e caído no esquecimento por décadas até ser encontrado em 2009 nos arquivos da Cinemateca Nacional Italiana.

A obra, de alguma forma, antecipava o debate que se acenderia na primeira década dos anos 1960 sobre os posicionamentos de Eugênio Pacelli, vulgo Papa Pio XII, frente aos regimes fascistas que acometeram a Europa no século XX e, principalmente, em relação aos perseguidos e refugiados pelo nazismo. Debate este que ganhou novo fôlego nos últimos anos desde que o então líder católico Jorge Bergoglio, o Papa Francisco, abriu o Arquivo Central da Santa Sé em 2020 para que historiadores e outros pesquisadores tivessem acesso.

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve revisão narrativa sobre o tema e discutir os rumos que o debate tem tomado desde a abertura dos arquivos do Vaticano em 2020. A revisão narrativa é aqui pensada no sentido proposto por pesquisadores como Edna Rother (2007), Louise Botelho et al. (2011) e Lívia Cavalcante e Adélia Oliveira (2020), que a descrevem como um olhar sobre a produção a respeito de determinado assunto com vistas a descrever as maneiras pelas quais se desenvolveu e as metodologias empregadas por aqueles que se dedicaram ao tema. Com base nesta premissa, o presente artigo traz uma descrição do estado da arte relativa à discussão acerca de Pio XII e a Igreja Católica no contexto do nazismo, com foco especialmente na questão dos refugiados.

A opção por adotar uma metodologia voltada a uma revisão narrativa em lugar de uma “revisão historiográfica” foi deliberada com vistas a trazer para o debate as vozes de outros sujeitos, para além dos historiadores - como aqueles ligados à Igreja Católica, às artes e/ou ao jornalismo - que, como veremos nas páginas a seguir, tiveram uma grande relevância na discussão. O recorte temporal se inicia na década de 1960, mais precisamente em 1963, quando estreia na Alemanha a peça de teatro *Der Stellvertreter* – “O Vigário” – que inspira o debate sobre Pio XII e os nazistas nas mais diversas esferas sociais. O fechamento do recorte se dá na década de 2020, quando começam a surgir os primeiros trabalhos derivados da abertura dos Arquivos do Vaticano.

Para a construção deste artigo, tomamos como ponto de partida estudos que promoveram uma revisão sistemática sobre o assunto, como aqueles produzidos por Joseph Bottum (2004), William Doino Jr. (2010) e David G. Dalin (2019). Seus trabalhos, na verdade, tinham como objetivo construir uma defesa da atuação de Pio XII durante a ascensão nazista na Alemanha e, para isso, investiram numa revisão historiográfica sobre o tema para que pudesse apresentar os argumentos dos críticos e, desta forma, desconstruí-los. A leitura destes trabalhos nos permitiu mapear não apenas os críticos à postura do Pontífice durante a guerra, como também lançou luz àqueles que se encontravam no sentido oposto a esta controversa.

Em seguida, fizemos uma busca sobre o tema em jornais brasileiros disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em portais *online* de jornais como O Estado de S. Paulo e, com ajuda do Google, em sites de notícias do Brasil. Para isso, utilizamos em nossa busca uma combinação dos termos “Papa Pio XII” ou apenas “Pio XII” ao lado de termos como “Refugiados”, “Guerra Mundial” ou “Hitler” num período que compreende as décadas de 1930 a 2024. A pesquisa identificou cerca de duas dezenas de matérias e menções sobre o tema em jornais como o Jornal do Brasil (RJ), Correio da Manhã (RJ), Estado de S. Paulo (SP), Correio Braziliense (DF) e em portais eletrônicos da Revista Exame, Jornal O Globo, BBC News e Deutsche Welle Brasil. Esta etapa da pesquisa nos ajudou a compreender as maneiras pelas quais o tema ultrapassou os limites acadêmicos e foi apresentado à opinião pública.

O cruzamento das informações obtidas por meio destes jornais e sites de notícias, com as informações historiográficas obtidas na primeira etapa da pesquisa nos ajudaram a traçar um panorama sobre o debate e identificar as obras e estudos que tiveram maior repercussão nos meios acadêmicos, religiosos e sociais.

O artigo não pretende, é claro, esgotar aqui toda a vasta bibliografia em relação ao tema e, por questões de praticidade, optamos por não incluir neste trabalho as inúmeras dissertações e teses que contribuíram à esta historiografia. Mesmo cientes de sua relevância na construção do conhecimento histórico, optamos por uma descrição panorâmica, com ênfase especialmente a obras de maior impacto e que direcionaram ou redirecionaram os rumos do debate como um todo.

É importante mencionar também que esta investigação não tem a pretensão de dar um veredito sobre o papel de Pio XII e da Igreja Católica durante o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, mas sim de apresentar um panorama sobre como outros autores o fizeram. Espera-se que este trabalho sirva como uma ferramenta para que historiadores, professores, estudantes e leitores em geral que pretendam investigar o tema, possam se familiarizar acerca das principais referências que marcaram a discussão sobre o Vaticano em relação aos nazistas. O artigo torna-se relevante

também por promover uma reflexão acerca das inúmeras maneiras pelas quais a história política e a história religiosa podem se cruzar em narrativas historiográficas, trazendo à tona inúmeros pontos de circunflexão, tais como a questão sobre migração, deslocamentos e direitos humanos.

2. As novas pesquisas sobre o Papa, o nazismo e os refugiados

Em setembro de 2023, o portal de notícias BBC News Brasil publicou a matéria intitulada “A carta que mostra que papa Pio 12 provavelmente sabia do extermínio nazista em 1942 – antes do que admite o Vaticano”. A notícia se referia à carta enviada em dezembro de 1942 por Lother Koenig, padre Jesuíta e membro da resistência antinazista na Alemanha, endereçada ao padre Robert Leiber, um dos secretários pessoais de Pio XII. De acordo com a BBC, a correspondência indica que:

durante a Segunda Guerra Mundial, o papa Pio 12 (1876-1958) recebeu informações detalhadas de um padre jesuíta alemão de confiança, de que até 6 mil cidadãos judeus e poloneses eram assassinados diariamente nas câmaras de gás da Polônia ocupada pela Alemanha nazista. Esta é uma descoberta importante porque contradiz a posição oficial mantida pela Santa Sé de que, naquele momento, a informação de posse da Igreja sobre as atrocidades nazistas era vaga e não confirmada (BBC News Brasil, 2023)

A carta teria sido encontrada por Giovanni Coco, arquivista do Vaticano, e teve sua publicação aprovada pela própria Santa Sé. A notícia acabou se somando aos debates mais recentes sobre a questão da postura do Papa Pio XII em relação aos refugiados do nazismo.

Dias antes, naquele mesmo mês, sites de notícias traziam a manchete; “Igreja escondeu judeus dos nazistas em Roma, aponta pesquisa” (Deutsche Welle Brasil, 2023). De acordo com a matéria, durante uma conferência no Museu da Shoá, em Roma, um conjunto de pesquisadores havia apresentado estudos que comprovaram que cerca de 3600 pessoas perseguidas pelo nazismo – dentre os quais 3200 eram judeus - haviam recebido abrigo de 100 congregações católicas de mulheres e outras 55 de homens. A informação foi divulgada por meio de um comunicado do Pontifício

Instituto Bíblico em Roma, pela Comunidade Judaica de Roma e pelo Yad Vashem⁴ (Deutsche Welle Brasil, 2023).

Apesar de não trazer novidades mais diretas sobre a atuação do Papa Pio XII, a documentação revela as maneiras pelas quais inúmeros atores sociais, para além daqueles ligados à alta cúpula do Vaticano, agiram em prol dos refugiados em nome do catolicismo. As duas matérias acima mencionadas revelam a maneira como o tema tem sido amplamente investigado nos meios acadêmicos e têm ecoado amplamente na mídia. Este interesse no papel da Igreja Católica, especialmente na postura do Papa Pio XII em relação ao extermínio judeu têm estado sob os holofotes desde o início da década de 2020, com a abertura dos arquivos do Vaticano.

A abertura dos Arquivos do Vaticano foi anunciada em março de 2019 pelo Papa Francisco e se concretizou, de fato, em março do ano seguinte. A decisão referia-se especificamente ao então chamado “Arquivo Secreto do Vaticano” que se tratava de um repositório central com documentos de Estado, documentos acerca dos atos divulgados pela Santa Sé, correspondências e diversos outros documentos acumulados por séculos.

Ao descrever o arquivo, o portal oficial do Vaticano no Brasil, o *Vatican News*, afirma que ele possui “uma extensão de documentação igual a cerca de 83 quilômetros lineares e isto o torna um dos maiores do mundo”. O comunicado emitido pelo papa em 2019 anunciava que aquela documentação deixaria de ser secreta e que finalmente estaria à disposição de historiadores e outras pessoas que tivessem interesse na história do Vaticano. Em seu anúncio, o Papa afirmou:

— A Igreja não tem medo da História — disse o Pontífice. — Assumo esta decisão [...] certo de que a pesquisa histórica séria e objetiva saberá avaliar, sob a luz da Justiça, com as críticas apropriadas, os momentos de exaltação deste Papa e, sem dúvida, também, os momentos de sérias dificuldades, decisões atormentadas, prudência humana e cristã (Francisco apud O Globo, 2019)

⁴ Yad Vashem é o memorial oficial de Israel dedicado às vítimas da Shoá.

Com a mudança, o repositório foi renomeado como Arquivo Apostólico do Vaticano e inúmeros portais de notícias brasileiros comentaram sua abertura especialmente pelo fato de que aquela representa a possibilidade de responder questionamentos e concluir querelas iniciadas desde a década de 1960 em meios intelectuais, religiosos, artísticos e na opinião pública.

Como veremos nos tópicos a seguir, grande parte das críticas ao Papa Pio XII referem-se especialmente ao fato de ele ter permanecido em silêncio diante do massacre sofrido pelos judeus durante o regime nazista. Pesquisadores como Saul Friedländer (2020) e Robert Katz (1971; 2004), por exemplo, apontaram o fato de Pio XII ter se manifestado contra o regime, mas não ter feito mais do que algumas breves declarações contra a guerra, sem ter tomado uma atitude mais enérgica durante o conflito. Nessa mesma direção, pesquisadores como Hochhuth (1965) e Cornwell (2000), não só criticaram a apatia de Pio XII, como denunciaram certa postura colaboracionista do Pontífice em relação regime nazista.

Por outro lado, entre os defensores do Papa, destacam-se dois argumentos principais. O primeiro deles, defendido por autores como Pinchas Lapide (1967) e Joseph Lichten (1963), justificam o silêncio do líder da Santa Sé em relação aos massacres nazistas como uma difícil decisão que visava evitar represálias de Hitler em relação ao estado do Vaticano e aos católicos nas regiões da Europa dominadas pelos nazistas. A segunda argumentação, encontrada na obra de pesquisadores como Michael O'Carroll (1980) e Gordon Thomas (2013) baseia-se na fundamentação de que o papa teria agido de maneira estratégica ao se manter neutro publicamente enquanto atuava como um grande protetor dos refugiados por detrás das cortinas.

Este debate foi denominado pelo intelectual estadunidense Joseph Bottum como as Guerras de Pio XII, numa curiosa alusão aos debates acerca da postura de um dos Papas cujo pontificado se deu no contexto de tantos conflitos de nível global como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria (Bottum, 2004). Alguns pormenores deste debate serão apresentados nos tópicos a seguir que abrange o período da década

de 1960, quando a discussão passa a ter mais visibilidade até as duas primeiras décadas do século XXI, antes da abertura dos Arquivos do Vaticano pelo Papa Francisco.

3. As Guerras de Pio XII

Em 1963, o jovem escritor alemão Rolf Hochhuth (1965) chamou a atenção para o tema quando trouxe a público a peça de teatro intitulada “O Vigário” (*Der Stellvertreter*), que estreou em Berlim no dia 20 de fevereiro daquele ano. Na peça, o fato de o Papa não ter condenado o nazismo de maneira contundente, bem como sua complacência após testemunhar a deportação de milhares de judeus da praça de São Pedro para as câmaras de gás nazistas são indícios de um suposto alinhamento de Pio XII aos ideais de Hitler. Além disso, por meio de comentários de personagens durante a trama, especialmente no ato II, o roteiro busca transmitir a ideia de que o papa via nos nazistas uma esperança na luta contra o avanço do comunismo na Europa (Hochhuth, 1965).

Apesar de muitos dos personagens serem fictícios, Hochhuth (1965) mencionava documentos reais para embasar sua denúncia, como o *Reichskonkordat*, uma Concordata de 1933, assinada por Hitler e por Pacelli, quando este ainda era cardeal. O documento estabelecia diretrizes para a liberdade religiosa na Alemanha, permitindo à Igreja Católica desenvolver suas atividades no país desde que a Santa Sé não interferisse em assuntos políticos⁵. Em “O Vigário”, contudo, o documento é tido como responsável por legitimar e conferir popularidade à política hitlerista a nível internacional (Hochhuth, 1965).

A peça foi o estopim para um grande debate sobre a postura de Pio XII durante o Holocausto e, um ano depois de sua estreia, o historiador Saul Friedländer (2020) publicou o livro “Pio XII e o terceiro Reich”, no qual analisou o caso do ponto de vista historiográfico. Com objetivo de analisar a postura de Pio XII no período em que seu pontificado coincidia com o regime nazista na Alemanha, o historiador dedica-se a análise de documentos diplomáticos britânicos e estadunidenses, como

⁵ Sobre a Concordata, ver: BOKENKOTTER, Thomas. *A Concise History of the Catholic Church*. Doubleday, 2004.

ófícios e telegramas trocados com a Santa Sé, relatórios produzidos por instituições judaicas como a *World Jewish Congress*, além de notas e mensagens publicadas pelo Vaticano que expressavam repúdio do Papa à Guerra. Contudo, Friedländer dá maior ênfase à documentos produzidos pelos próprios agentes do governo nazista. Tais fontes consistem majoritariamente em documentos produzidos no contexto da política externa do Terceiro Reich, especificamente pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, como mensagens e informações trocadas por diplomatas e embaixadores nazistas sobre a Santa Sé.

Ciente das limitações das fontes disponíveis naquele momento - já que os Arquivos do Vaticano ainda eram secretos -, Friedländer sugere que o silêncio do Papa apontava para inúmeras hipóteses como possíveis estratégias para não abalar a diplomacia entre Vaticano e Alemanha e o receio de que os nazistas pudessem agir em represália à Santa Sé. Sua investigação também aborda o já mencionado *Reichskonkordat* que, para o historiador, foi um obstáculo para que o Papa se manifestasse contra o nazismo, contribuindo para sua postura de silêncio em relação a Hitler.

Ainda na década de 1960, o escritor Robert Katz (1971) publicou o livro “*Morte a Roma. Il massacro delle Fosse Ardeatine*” no qual denunciava o silêncio de Pio XII em relação ao massacre das Fossas Ardeatinas em 1944. O ato, ocorrido em 24 de março de 1944, foi uma represália de Hitler que, após a morte 33 soldados alemães num ataque de *partigiani* na Via Rasella, ordenara o assassinato de 10 civis italianos para cada militar alemão morto no ataque. Na ocasião, 335 civis – dentre os quais 70 eram judeus - foram retirados de prisões italianas por soldados da SS e executados em túneis próximos da Via Ardeatina, em Roma.

As reações ao livro foram diversas, chama a atenção, contudo, a ação judicial movida pela condessa Elena Pacelli Rossignani, sobrinha de Pio XII, que acusava Katz de difamação. Ainda que o escritor tenha sido condenado, num primeiro momento, a *Corte d'Appello di Roma* decidiu, logo em seguida, absolver os acusados considerando o direito à crítica histórica.

Ainda em relação ao caso das Fossas Ardeatinas, no ano de 1980 um relevante documento foi encontrado nos Arquivos do Vaticano e divulgado por seus porta-vozes. O chamado “*documento Governatorato*”, endereçado ao Secretariado Papal na manhã de 24 de março de 1944, mostrava que o Vaticano tinha sido informado do plano dos alemães de punirem os cidadãos italianos. A informação, contudo, era vaga e não continha informações sobre hora e local, e fora recebida por seus destinatários 5 horas antes do massacre (Katz, 2004).

Joseph Lichten, advogado e diplomata polonês-americano, foi um dos grandes defensores do Papa no que diz respeito à sua passividade diante da残酷za nazista. Em 1963, pouco após a estreia da peça de Rolf Hochhuth, “O Vigário”, Lichten escreveu uma monografia intitulada *A question of judgment: Pius XII and the jews*, justificando as ações (ou falta de ações) de Pacelli. Segundo ele, o Secretário de Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, teria telegrafado a Ernst Freiherr von Weizsäcker, então embaixador alemão na Santa Sé, no dia 24 de janeiro de 1943, deixando claras as intenções de Hitler de retaliar quaisquer manifestações políticas ou propagandísticas contra a Alemanha. Esta teria sido também a razão de Pio XII se manter em silêncio diante dos ataques a padres católicos e ao fechamento de escolas e igrejas católicas em países dominados pelo Reich (Lichten, 1963).

Em 1988, Lichten publicou um capítulo no livro *Pius XII and the Holocaust: A Reader*, organizado por Robert Graham e publicado pela *Catholic League Religious*. Intitulado *Via Rasella and the Fosse Ardeatine*, o capítulo fazia uma defesa do Papa em relação ao caso das Fossas Ardeatinas, especialmente diante da iminência de um ataque da Alemanha em represália aos *partigiani*:

É impossível supor que Pio XII pudesse deixar de reagir com algum esforço para evitar o pior, e o registro da preocupação do Pontífice com as vidas dos infelizes que caíram nas mãos de alemães e neofascistas durante aqueles meses mostra eloquentemente sua sensibilidade a tais situações. Na ausência de documentação, portanto, resta supor que o Pontífice interveio pessoalmente, como fez em tantas ocasiões anteriores, por meio de seu sobrinho, o príncipe Carlo Pacelli, ou pelo superior geral dos Padres Salvatorianos, Padre Pancrazio Pfeiffer. Nem deveria surpreender que tal suposta intervenção tivesse pouca chance de sucesso; a ordem veio de Berlim e, além disso, que argumento um emissário papal poderia usar em favor da contenção? Nos últimos meses, o Papa

argumentou que a contenção alemã aliviaria a tensão em Roma. De repente, toda a estratégia papal foi minada pela espetacular e trágica liquidação de 33 soldados alemães (Lichten, 1988, *online*)⁶

As críticas à Pacelli, contudo, eram inúmeras. A Pio XII, outorgou-se a alcunha de “o Papa de Hitler”. Este, inclusive, tornou-se nome de livro. Em 1999, foi publicado “O Papa de Hitler: a história secreta de Pio XII”, escrito pelo jornalista investigativo britânico John Cornwell. Na obra, o autor parte do princípio de que o papa era, ele próprio, antissemita, de modo que “acalentava uma antipatia secreta contra os judeus, evidente desde os seus 43 anos” (Cornwell, 2000, p. 332) e que, mesmo que de maneira indireta, chegou a contribuir com o regime nazista em sua política de limpeza étnica. Em suas palavras:

A omissão em dizer uma palavra franca sobre a Solução Final em execução proclamava para o mundo que o vigário de Cristo não podia ser levado à compaixão e à raiva. Desse ponto de vista, ele era o papa ideal para o plano abominável de Hitler. Era um peão de Hitler. Era o papa de Hitler (Cornwell, 2000, p. 333)

Com a chegada de um novo século, o tema continuou a reverberar em meios artísticos, intelectuais e religiosos, especialmente a partir do cineasta greco-francês Constantin Costa-Gravas que, em 2002, adaptou a peça “O Vigário” para o cinema, sob o título de “Amen”. Com auxílio de Rolf Hochhuth, autor da peça que iniciaram o debate na década de 1960, o filme reacendeu o debate no 52º Festival de Cinema de Berlim – também conhecido como *Berlinale*, iniciando já com uma grande polêmica, ao ser divulgado a partir do controverso cartaz que trazia a imagem de uma cruz em formato de suástica (Deutsche Welle Brasil, 2002a). Após a estreia do filme, Costa-Gravas afirmou que a obra não tinha qualquer intenção de atacar a Igreja Católica, mas acreditava que esta era a única instituição capaz de fazer algo contra os nazistas.

⁶ No original: “It is impossible to suppose that Pius XII could fail to react with some effort to avert the worst, and the record of the Pontiff’s concern for the lives of the unfortunates who fell into German and neo-Fascist hands during those months shows eloquently his sensitivity to such situations. In the absence of documentation, therefore, one is left to surmise that the Pontiff intervened personally, as he had on so many earlier occasions, through his nephew Prince Carlo Pacelli or through the General Superior of the Salvatorian Fathers, Father Pancrazio Pfeiffer. Nor should one be surprised that such a supposed intervention had little chance of success; the order had come from Berlin and, moreover, what argument could a papal emissary use in favor of restraint? For the past several months, the Pope had argued that German restraint would ease the tension in Rome. Suddenly, the entire papal strategy had been undermined by the spectacular and tragic liquidation of 33 German soldiers” (tradução nossa).

Segundo ele, “houve resistência interna (do vaticano em relação ao extermínio nazista), porém nenhuma manifestação pública” (Deutsche Welle Brasil, 2002b).

Ainda sobre as relações nazismo/Igreja Católica, em 2004, o advogado e diplomata brasileiro Sergio Corrêa da Costa afirmou em suas “Crônicas de uma Guerra Secreta” que certas redes católicas foram fundamentais na fuga de criminosos nazistas para países como Argentina e Brasil.

Costa (2004) apresenta um olhar sobre as relações de países como Brasil e Argentina com a Alemanha antes e durante a II Guerra Mundial. Em certo ponto de sua investigação, o autor afirma que a possibilidade de muitos criminosos nazistas fugirem para a América Latina após a morte de Hitler se deu graças ao que ele chama de Rota dos conventos. Segundo o autor, o então presidente argentino, Juan Domingo Perón, havia confiado a religiosos, como o sacerdote José Clemente Silva, a responsabilidade pela entrada na Argentina de imigrantes europeus aptos a trabalhar nas novas resoluções econômicas, políticas e sociais do país. Em meio a este trabalho, José Clemente teve contato com o ex-espião Reinhard Kops e com o bispo Alois Hudal que teriam contribuído para o encaminhamento de centenas de nazistas foragidos para a Argentina. Daí, muitos deles vinham também para o Brasil (Costa, 2004). Apesar de não nominar o Papa Pio XII de maneira direta, a obra de Costa deixa clara sua suspeição em relação à suposta conivência do Vaticano, responsável pela rota dos conventos⁷.

Inúmeros trabalhos, é claro, demonstraram outras faces desse mesmo conflito. Em 1967, o historiador e diplomata israelense Pinchas Lapide, que serviu como cônsul de Israel em Milão, publicou *Three Popes and the Jews*, livro em que analisava a relação dos Papas Pio XI, Pio XII e João XXIII com os judeus. A segunda parte do livro consistia em uma extensa defesa da atuação do pontífice durante a II

⁷ Vale mencionar que com a abertura dos Arquivos do Vaticano em 2020, o historiador eclesiástico Hubert Wolf se comprometeu em iniciar uma investigação com o intuito de encontrar respostas acerca da pergunta: Afinal, o papa Pio XII sabia ou não da fuga de criminosos nazistas pela rota dos conventos? Sobre isso, ver: América Latina, os nazistas e o papel do Vaticano. Deutsche Welle Brasil. 01 de março de 2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/cartaz-do-fot%C3%B3grafo-dabenetton-agita-a-berlinale/a-438220>. Acesso 05 jan 2025.

Guerra Mundial. Para isso, o autor entrevistou inúmeros sobreviventes do Holocausto e utilizou documentos diplomáticos de governos, matérias de jornal, entre muitas outras fontes para demonstrar que a atuação de Pio XII teria permitido a sobrevivência de centenas de milhares de judeus. Segundo ele:

Quando a força armada governava quase onipotente, e a moralidade estava em seu ponto mais baixo, Pio XII não comandava nada do primeiro e só podia apelar para o último, ao confrontar, com as próprias mãos, todo o poder do mal. Um protesto sonoro, que poderia acabar sendo frustrado — ou um resgate silencioso e fragmentado? Palavras gritadas — ou ações prudentes? O dilema deve ter sido pura agonia, pois qualquer que fosse o caminho que ele escolhesse, consequências horríveis eram inevitáveis. Incapaz de curar a doença de uma civilização inteira e não querendo suportar o peso da fúria de Hitler, o Papa, ao contrário de muitos muito mais poderosos do que ele, remediou, suavizou, recuperou, apelou, peticionou — e salvou o melhor que pôde por suas próprias maneiras. (Lapide, 1967, p. 267)⁸

Apesar de ter se tornado um importante instrumento para os defensores do Papa em exercício durante a Segunda Guerra Mundial (Doino Junior, 2010; Dalin, 2019), o livro recebeu inúmeras críticas de historiadores e pesquisadores sob a alegação de que as fontes foram mal interpretadas e que o livro estaria repleto de erros (Ritner; Roth, 2002; Zuccotti, 2004).

Outro trabalho de grande relevância para esta historiografia é *The Vatican in the Age of Dictators 1922-45*, no qual o historiador britânico Anthony Rhodes faz uma defesa, não necessariamente da atuação do Papa, mas dos agentes pastorais da Igreja católica durante o conflito. Lançado em 1973, o livro foi o primeiro volume de uma trilogia que se propunha a analisar a atuação política do Vaticano em diferentes momentos históricos. Neste primeiro volume, Rhodes (1974) analisa a posição do Vaticano durante o papado de Pio XI e de Pio XII em relação ao período em que a Itália passava pelo regime fascista de Mussolini e a Alemanha vivia o Nazismo de

⁸ No original: “When armed force ruled well-nigh omnipotent, and morality was at its lowest ebb, Pius XII commanded none of the former and could only appeal to the latter, in confronting, with bare hands, the full might of evil. A sounding protest, which might turn out to be self-thwarting — or quiet, piecemeal rescue? Loud words — or prudent deeds? The dilemma must have been sheer agony, for whichever course he chose, horrible consequences were inevitable. Unable to cure the sickness of an entire civilization, and unwilling to bear the brunt of Hitler’s fury, the Pope, unlike many far mightier than he, alleviated, relieved, retrieved, appealed, petitioned—and saved as best he could by his own lights” (tradução nossa).

Hitler, passando também, de maneira breve, pelos regimes Franquista na Espanha e Salazarista em Portugal. Ao falar de Pio XII e o nazismo, Rhodes, afirma que apesar da oposição pouco enérgica do Papa ao regime de Hitler no espaço público – motivada, segundo ele, pelo receio de uma represália – à atuação de bispos e outros agentes relacionados à política do Vaticano é notável entre os esforços para salvar milhares de refugiados (Rhodes, 1974).

A própria Igreja Católica, é claro, não se manteve em silêncio diante de tantas críticas. Logo após a polêmica instalada ainda no início dos anos 1960 a partir da peça de Hochhuth, o Vaticano passou a trabalhar na compilação, organização e publicação de um conjunto de documentos produzidos durante a II Guerra Mundial sobre a atuação política do Papa frente ao conflito. O trabalho foi realizado pelos padres-historiadores jesuítas Pierre Blet (França), Angelo Martini (Itália), Burkhardt Schneider (Alemanha) e Robert A. Graham (Estados Unidos) que, após se debruçar sobre os documentos dos arquivos históricos do Vaticano, produziram uma coleção de 11 volumes sobre o tema⁹. Autorizada pelo Papa Paulo VI em 1964, a coleção foi publicada entre 1965 e 1981 sob o título “Atos e Documentos da Santa Sé relativos à Segunda Guerra Mundial”¹⁰.

Na década de 1980, o Padre John F. Morley foi um dos primeiros a utilizar os documentos apresentados pelo Vaticano como fonte para a produção de seu livro *Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939–1943*. No estudo, Morley (1980) criticou o fato de o Vaticano não se opor publicamente ao nazismo e ter dedicado seus esforços especialmente a ajudar os judeus que se converteram e foram batizados pela Igreja Católica. Como resposta, o Padre Michael O’Carroll utiliza os mesmos “Atos e Documentos da Santa Sé...” juntamente com um conjunto de transcrições do Julgamento de Nuremberg e uma vasta gama de documentos para contrapor Morley. Em *Pius XII: Greatness Dishonored*, um estudo documentado, O’Carroll (1980) afirma que, ao contrário do que dizem os críticos, o Papa Pio XII

⁹ Todos os volumes estão disponíveis online em <https://www.vatican.va/archive/actes/index_po.htm>. Acesso em 15 jan 2025.

¹⁰ No original: *Actes et Documents du Saint Siège relatifs à la Seconde Guerre Mondiale*.

foi um grande líder diplomático que agiu de maneira estratégica para proteger judeus e outros perseguidos pelo nazismo em propriedades da Igreja como mosteiros e conventos.

As obras de Morley e O'Carroll foram algumas das últimas a obter maior repercussão acerca deste tema na década de 1980, pouco antes do tema passar por um arrefecimento até a publicação, no fim da década de 1990, da já mencionada obra de John Cornwell, “O Papa de Hitler”.

Já no século XXI, destaca-se a publicação de “Os judeus do Papa: o plano secreto do Vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas”, de autoria do jornalista britânico Gordon Thomas. Em seu livro, Thomas afirma que Pio XII fora mais uma vítima de uma “verdade forjada”. Em seu ataque aos críticos do Papa, ele afirma que, nos esforços para sua condenação pública, “fatos foram deixados de lado, fontes primárias foram rejeitadas e argumentos sobre a necessidade de interpretações equilibradas foram simplesmente ignorados” (Thomas, 2014, p. 21). Por meio de fontes como cartas, registros oficiais, relatórios, documentos públicos e privados e de entrevistas com testemunhas, Thomas afirma que o Papa teria secretamente construído uma rede de apoio que fornecia vistos de imigração, documentos falsos, abrigo e alimentação para milhares de judeus durante o conflito.

O livro de Thomas, na verdade, se insere numa mesma esfera em que “O Papa de Hitler” de John Cornwell, buscando abordar o tema a partir de uma perspectiva que beira o sensacionalismo, deixando transparecer o problema por trás do debate. Sobre isso, evocando reflexões de Vargas Llosa, o historiador Jair Santos afirma que:

Embora as questões não sejam novas, o tom polemista de alguns dos estudos que lhes foram dedicados, evidenciado por títulos como “O Papa de Hitler” (Cornwell, 1999) ou “Os Judeus do Papa” (Thomas, 2014), sugere que o debate se presta facilmente a antagonismos que poderiam corroborar a provocadora definição de história formulada por Mario Vargas Llosa: “una rama de la fabulación que pretendía ser ciencia” (Santos, 2010, p. 274)

Após a obra de Gordon Thomas, o debate passa por um novo período de arrefecimento, sem que novos estudos reverberem de maneira tão intensa. Esse arrefecimento dura até o início da década de 2020, quando a abertura do Arquivo Secreto do Vaticano dá início a uma nova fase na historiografia das relações entre Pio XII, Hitler e os refugiados do nazismo. Nesta nova fase, o governo brasileiro de Getúlio Vargas acaba exercendo um papel central na compreensão do período.

4. O Brasil em meio às guerras de Pio XII

No dia 05 de abril de 1973, um dia após a publicação dos volumes VI e VII dos “Atos e Documentos da Santa Sé”, os jornais brasileiros surpreenderam ao anunciar que a história do Governo de Getúlio Vargas se cruzava intimamente com a controvérsia entre o Papa Pio XII e os judeus perseguidos. Com a manchete “Ditadura não ajudou refugiados”, o jornal O Estado de São Paulo anunciou que

a despeito dos esforços diplomáticos do papa Pio XII, o governo ditatorial do Brasil criou uma série de dificuldades para o ingresso de refugiados judeus no país durante a II Guerra Mundial (Estado de S. Paulo, 1973, p. 01)

Na página seguinte, a matéria dizia que os documentos publicados revelam:

Os esforços desenvolvidos pelo Vaticano a favor dos judeus alemães e dos poloneses envolvidos nas operações de guerra entre a Alemanha e a União Soviética. Os documentos ressaltam a decisão tomada pelo governo do Brasil, que, a pedido de Pio XII, autorizou a entrada no país de 3 mil judeus que fugiam do regime nazista. Poucos, contudo, conseguiram escapar e obter refúgio, dada a intensa perseguição que lhes era movida pela Gestapo e “a má vontade de alguns representantes brasileiros na Alemanha” (Estado de S. Paulo, 1973, p. 02)

Na historiografia brasileira, contudo, as intersecções entre o Estado Novo e os esforços do Papa Pio XII em relação aos refugiados só foi explorada de maneira mais sistemática a partir dos anos 1990, com o trabalho do historiador Avraham Milgram. Em seu livro “Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos – não arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)”, publicado em 1994, Milgram trouxe ao centro dos debates sobre a diplomacia brasileira no período da II Guerra Mundial, o contexto, as negociações e as dinâmicas por trás do acordo

firmado entre Santa Sé e o governo brasileiro na década de 1930, que resultaram na autorização de cerca de 3.000 vistos de entrada no Brasil para “católicos não-arianos”.

Como demonstra o historiador, o Papa Pio XII buscou uma negociação com o presidente Getúlio Vargas em prol da flexibilização das leis de imigração brasileiras que desde o início da ditadura do Estado Novo (1937-1945) se tornavam cada vez mais restritas.

Isso porque, enquanto exercia política rígida e pouco flexível, fechando o parlamento, suprimindo os direitos políticos e eliminando a liberdade de imprensa (Codato, 2013, p. 190), Getúlio Vargas investiu também num projeto nacionalista que vislumbrava a constituição de um país unificado. Para isso, seu governo dedicou-se à construção de uma ideia de “brasilidade” moderna, cultuada como a essência do povo e do governo brasileiro, carregando os referenciais culturais e sociais que “deviam convergir numa homogeneidade de pensamento e ação” (Santos, 2010, p. 85).

Esta política teve um grande impacto em relação à chegada e à permanência de estrangeiros no país que, sob justificativa de se orientar para “o futuro da nação”, adotou critérios racialistas e ideológicos para permitir apenas a entrada daqueles que eram considerados “bons” imigrantes (Venâncio; Facchinetti, 2005). Nesta dinâmica, judeus, negros, japoneses e outras etnias tidas como indesejáveis, supostamente, “colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade” (Carneiro, 2018, p. 118).

Milgram (1994) demonstra que, como forma de driblar esta lei sem ferir os princípios da política migratória antijudaica, o governo brasileiro autorizou a entrada de 3000 imigrantes identificados, não como judeus, mas como “católicos não-arianos” (Milgram, 1994, p. 89). Destes 3 mil, a embaixada do Brasil no Vaticano se responsabilizaria pela distribuição de 1000 vistos para imigração, enquanto a distribuição dos 2000 vistos restantes ficaria a cargo da embaixada brasileira em Berlim. O acordo, no entanto, foi ignorado por Cyro de Freitas Valle, que atuou como embaixador brasileiro na Alemanha entre 1939 e 1942 e se mostrou um ferrenho opositor da entrada de judeus no Brasil. Por conta desta atitude, daquela cota que

autorizava a entrada de 3000 refugiados em território brasileiro, pouco menos de 1000 pessoas conseguiram, de fato, a autorização (Milgram, 1994).

Em diversos outros momentos, outras obras acabaram mencionando também a ajuda do Vaticano ao tratar de relatos pessoais ou ao narrar a história de suas próprias famílias. Este é o caso do ensaio intitulado “De que modo o Vaticano nos salvou (a fuga do nazismo: na Europa e no Atlântico)”, o intelectual alemão Hermann Mathias Görden já havia mencionado o papel da Santa Sé em sua travessia da Europa para o Brasil em 1941, juntamente com um grupo de quase 50 pessoas perseguidas pelos nazistas por motivos raciais ou por integrarem a resistência política e religiosa (Görden, 1991).

Sob a justificativa de abrir uma fábrica no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, Görden conseguiu a autorização de imigrar para o Brasil juntamente com seu grupo que formaria a mão-de-obra do empreendimento. Portugal, naquele momento, possuía o principal porto de saída para o Rio de Janeiro, mas isso colocava Görden e seu grupo diante de um grande obstáculo a ser superado: Como passar com um grupo de judeus e outros perseguidos pelo regime nazista pela França vigiada pela Gestapo e pela Espanha de Francisco Franco?¹¹

Conforme narra em seu ensaio, o Vaticano teve um grande papel na resolução deste problema. Com ajuda de Felippe Bernardini, Núncio apostólico em Berna, na Suíça, a situação foi apresentada ao Papa Pio XII que “deu instrução expressa de ajudar, de qualquer modo, os fugitivos, ‘antes de mais nada aos perseguidos racialmente’” (Görden, 1991, p. 111). Foi por meio desta intervenção que Görden conseguiu vistos de trânsito que autorizaram seu grupo a atravessar de trem pela Espanha e de lá alcançar Lisboa, de onde finalmente partiriam para o Brasil (Görden, 1991). Segundo ele:

¹¹ Apesar de ter afirmado certa neutralidade da Espanha durante a II Guerra Mundial, o governo espanhol, sob a ditadura de Francisco Franco, havia firmado um acordo com Hitler de decretar a prisão de todos os refugiados que entrassem na Espanha vindos das regiões ocupadas pela Alemanha (Görden, 1999, p. 110).

Sem a intervenção do Vaticano, contudo, nossa tentativa teria fracassado. Os refugiados são pessoas desarmadas e sem direitos. Quando enfim embarcamos, em 27 de abril de 1941, no Cabo de Hornos, rumo ao Brasil, não só as mulheres agradeceram de joelhos ao Papa em Roma, que a todos nós – sem distinção de crença, origem, “raça” e destino – tinha ajudado a sair da desgraça (Görgen, 1991, p. 115)

Vale mencionar que as histórias de muitos dos refugiados que integraram o grupo Görgen se cruzaram com as histórias de outros refugiados no Brasil, dando origem a inúmeras histórias que foram traçadas por pesquisadores como Kestler (2003), Eckl (2011), Parada (2024) e outros.

Em obra intitulada “Os Indesejados: uma história de refugiados no tempo do nazismo”, o jornalista Rubens Glasberg (2021) conta a história de sobrevivência de seu pai, Hans Glasberg, que conseguira imigrar graças a uma certificação falsa de que era católico. Um ponto interessante da obra é a de que muitos dos refugiados poderiam não estar completamente cientes do acordo que tornará sua viagem possível. Apesar de seu pai integrar o número 229 da lista divulgada por Milgram, o jornalista afirma: “tenho certeza que meu pai não sabia do acordo entre Vargas e Pio XII. Nunca me falou de sua existência. Contou que devia sua vida ao cardeal Schuster de Milão.” (Glasberg, 2021, p. 134).

Sua obra pode também dizer muito sobre certas estratégias utilizadas pelos refugiados para poderem se enquadrar na cota dos imigrantes, como a busca por documentos forjados que permitissem a imigração. Isso pode ser observado, por exemplo no trecho em que o autor descreve o falso certificado de batismo de seu pai:

Meu pai teria sido batizado na Polônia com o nome de Hans Glasberg Jerzy, em 12 de fevereiro de 1935, na cidade de Drohobycz. Ele jamais esteve na Polônia. O documento, forjado com um timbre da paróquia Święty Wojciech (Santo Adalberto), tinha autenticidade difícil de ser comprovada em 1940 (Glasberg, 2021, p. 134)

Conforme esclarece o autor, cada detalhe era importante no processo de falsificação. Mesmo a escolha da data de batismo era relevante. No caso da falsa data escolhida para representar o batismo de seu pai (fevereiro de 1935), leva-se em conta de que esta “é anterior às leis raciais de Nuremberg de setembro daquele ano. Indicava

assim que o batismo se dera por opção religiosa. Não seria só um embuste de última hora para se passar por católico” (Glasberg, 2021, p. 134).

A questão do falso batismo fora abordada em outros casos, como por exemplo, na entrevista da artista Agathe Deutsch, popularmente conhecida como Agi Straus, à Rachel Mizrahi¹². Apesar de não ter mencionado a cota específica dos 3 mil católicos não arianos, a artista afirma que a certificação do batismo fora essencial para a fuga de sua família da Áustria, que fora ocupada pelos nazistas quando ela ainda era uma criança:

Foi neste momento que meu pai (acho) se tocou. Foram atrás de conseguir um visto para os Estados Unidos, que era difícil, e já não dava mais. Conseguimos vir para o Brasil, graças a Deus. Meu pai conseguiu os vistos através de um padre. Não sei o nome, mas esse padre foi maravilhoso! Estábamos em Viena onde esse padre batizou todos nós como católicos. Somente assim conseguíramos sair de Viena e conseguir esse papel (como chama?), com vistos para o Brasil, que somente aceitava católicos (Strauss, 2013, p. 06-07)

A mesma estratégia fora mencionada também na trajetória narrada por Eugênia Schur, que integrou o livro “Carta de Chamada: relatos da imigração judaica em São Paulo de 1930 até 1942”, organizado por Marília Levi Freidenson. Eugenia foi a filha mais velha da família Tugendhat e conta que grande parte de sua família pôde escapar dos horrores nazistas graças à cota de imigrantes católicos não-arianos resultantes do acordo entre o Papa Pio XII e Getúlio Vargas. Contudo, sua trajetória nos permite pensar também sobre as limitações deste acordo. Observe este trecho de sua narrativa:

Meus pais estavam em Varsóvia no começo da guerra e realmente passaram uma época muito horrível lá, mas como meu pai, graças a deus, tinha dinheiro, ele comprou certificados que são católicos e saíram para nos encontrar na Itália. Chegaram em Gênova no mês de fevereiro de 1940, e com aqueles certificados que meu pai tinha, ele foi para Roma e conseguiu os vistos para o Brasil – mas não para nós, porque não tivemos certificado que fomos batizados (Schur, 2014, p. 343-345)

¹² A entrevista foi concedida à Rachel Mizrahi, com a participação de Laís Rigatto Cardilo, responsável pela gravação em áudio e vídeo, e de Diana Luz da Costa Leme Correa. São Paulo, 1/05/2013. A transcrição foi realizada por Samara Konno e Maria Luiza Tucci Carneiro. Disponível em <<https://travessias-arqshoah.com/survivors/104>>. Acesso 15 jan. 2025.

Impedida de viajar para o Brasil por não ter o certificado de batismo, Eugenia e seu marido se refugiaram em Xangai, na China, por cerca de 5 anos, quando em 1946, após a Guerra, foram para San Francisco nos Estados Unidos e, de lá, partiram para o Brasil onde reencontram a Família Tugendhat. Sua história, contudo, nos leva a refletir sobre as maneiras pelas quais, em certa medida, o acordo favorece - para além daqueles que haviam se convertido - apenas àqueles mais abastados que tinham condições de comprar uma certificação falsa. Isso se torna claro no momento em que Eugênia afirma: “Meu pai, graças a deus, tinha dinheiro”. Esta questão nos leva a inúmeras questões sobre o destino daqueles que não tinham dinheiro suficiente para poder pagar a certificação.

Outro fato a ser observado é a rígida obrigatoriedade do certificado de batismo católico que fora capaz até mesmo de separar Eugenia Schur de sua família. Algo nos remete a uma crítica feita ainda nos anos 1980 pelo Padre Morley que, com base nos “Atos e Documentos...” teceu duras críticas ao fato de o Vaticano concentrar sua ajuda apenas aos judeus batizados na Igreja Católica.

Nesta mesma esteira, Glasberg já havia trazido também outro questionamento, já que, segundo ele, no território do Reich “os que a Igreja considerava católicos, mas eram tratados como judeus pelo nazismo, perfazem um total aproximado de 200 mil pessoas” (Glasberg, 2021, p. 130). Por que, o autor se questiona, diante de um número tão grande, apenas 3 mil vistos foram negociados? Em sua hipótese, o fato de que judeus não se adequavam aos critérios raciais idealizados pelo Estado Novo e que “os religiosos alemães autores da solicitação estavam informados que Vargas não aceitaria um número maior e que eram ‘indesejáveis’ pelos critérios da discriminação racial do ministro brasileiro da justiça” (Glasberg, 2021, p. 130).

Tais debates nos levam a notar que a atuação de Pio XII em relação ao Holocausto continua a fomentar pontos de vista diversos. Contudo, nota-se no caso brasileiro, que a crítica ao descaso em relação aos refugiados não recai apenas sobre os ombros da Santa Sé, mas também da ditadura Varguista.

5. Após a Abertura dos Arquivos

Ainda que pouco tempo tenha se passado desde que os Arquivos do Vaticano deixaram de ser secretos, muitos trabalhos de grande relevância já foram realizados com base nas novas fontes disponíveis e têm permitido a construção de novos olhares e novas perguntas sobre o tema em questão. Mencionaremos aqui alguns destes trabalhos, dando ênfase especialmente naqueles que apresentam o papel do governo brasileiro na dinâmica investigada.

A historiadora Nina Valbousquet (2022), por exemplo, tem se interessado pelos conflitos que se sucederam a partir das categorizações raciais e religiosas – como a noção de católicos não-arianos - que deram o tom da distribuição dos vistos para aqueles que imigraram para o Brasil com o apoio do Vaticano. Partindo desta premissa, a historiadora se dedica a estudos de caso individuais de refugiados de modo a compreender “a natureza mutável dos critérios e categorias administrativas” em relação à categorias raciais, que se sucediam diante da perseguição nazista e a possibilidade de migração. Em sua análise, ela afirma:

Para além das relações diplomáticas entre o Vaticano e o Brasil para o estabelecimento de uma rede migratória transatlântica pontual, a definição de “católicos não-arianos” e a construção de uma categoria ao mesmo tempo rígida e fictícia, meio religiosa, meio racial, geram um drama mais íntimo: a separação de famílias mistas cujos membros têm status e datas de conversão diferentes. Devido a este critério religioso e racial, estes refugiados são muitas vezes vistos e tratados através do prisma do preconceito antijudaico (Valbousquet, 2022)

Numa perspectiva semelhante, David Kertzer (2022) publicou nos Estados Unidos o livro *The Pope at War*, tecendo críticas à Santa Sé sob argumento de que suas políticas se preocupavam unicamente com a salvação dos católicos. Segundo ele, os únicos judeus que foram salvos na ocasião eram aqueles convertidos ou que eram filhos de casamentos inter-religiosos. Para Kertzer, as ações de Pio XII não indicam que o papa era antisemita, mas apontam para a pressão sofrida por ele diante do dilema entre os riscos que os fiéis católicos corriam nos territórios alemães caso o Eixo ganhasse a guerra e, por outro lado, com o crescimento da ameaça comunista, caso os nazistas fossem derrotados.

Da mesma forma, Wolf et al. (2024) se propõem analisar o baixo número de vistos concedidos para a entrada de refugiados – apenas 3 mil - e a maneira pelas quais uma perspectiva racial e antissemita impactou nas deliberações e negociações entre Vaticano e o governo de Getúlio Vargas. Apesar de estas questões terem sido anteriormente investigadas por historiadores como Milgram (1994) e Tucci Carneiro (2018), o trabalho de Wolf et al. (2024) apresenta um conjunto de documentos até então inéditos para repensar o papel de Pio XII durante o Holocausto: as centenas de pedidos feitos por judeus e autoridades judaicas à Santa Sé em busca de ajuda.

No que tange a historiografia brasileira atual, em artigo de 2022, o historiador Jair Santos faz uma avaliação das novas possibilidades permitidas pela abertura dos Arquivos do Vaticano no cruzamento entre a história das políticas migratórias brasileiras e a história recente do catolicismo. Segundo ele, as fontes disponíveis até então – como os documentos disponibilizados nos “Atos e Documentos...” – permitiam vislumbrar as negociações político-diplomáticas da Santa Sé que permitiram o auxílio a milhares de refugiados. As novas fontes disponíveis, contudo, permitirão conhecer mais sobre os sujeitos que migraram, conhecendo suas particularidades:

Por meio dessas fontes, será possível, por exemplo, conhecer a origem e a trajetória dessas pessoas, além de detalhes acerca do contexto cultural e religioso no qual viviam. Também será possível reconstituir o itinerário dos pedidos de assistência, desde a formulação até a apreciação pelo cardeal Luigi Maglione, cuja ação à frente da Secretaria de Estado entre 1939 e 1944 fez dele um personagem central dos acontecimentos (Santos, 2022, p. 06)

Destacam-se também os trabalhos de Facchinetti et al. (2025), que integram um grupo de pesquisadores vindos de diversas áreas do saber –a história, a psicologia, a biblioteconomia e outros - dedicado a investigar a atuação do Vaticano e do Papa Pio XII como parte de uma rede de apoio que atuou ativamente no deslocamento dos chamados “Judeus do Vaticano”, que vieram para o Brasil fugindo dos conflitos e da perseguição nazista na Europa. Em nota de pesquisa publicada em 2025, os pesquisadores afirmam que seu trabalho lança um olhar à história transnacional destes refugiados sob a perspectiva da história das emoções, dos estudos judaicos e do

holocausto, em um diálogo com o estudo prosopográfico e das redes sociais de apoio. Para tanto, dedicam-se à análise de toda uma gama de fontes primárias, tais como cartas, passaportes, fichas de imigração e documentos oficiais diplomáticos entre a Secretaria de Relações Exteriores do Brasil e embaixada do Brasil na Alemanha e no Vaticano. A partir da análise destas fontes, os pesquisadores visam comprovar a tese levantada de que o “Grupo Görgen” — um grupo de intelectuais, políticos, artistas, comunistas e judeus que foram perseguidos pelos nazistas na Europa — e os “refugiados do Vaticano” são parte de um mesmo grupo de imigrantes que receberam auxílio da Igreja Católica, e não grupos distintos como pontua a maior parte da historiografia atual.

6. Considerações Finais

A revisão apresentada por este artigo demonstra que o debate acerca da atuação do Papa Pio XII durante a ascensão nazista na Europa pode ser dividido em dois momentos específicos: antes e depois da abertura dos Arquivos do Vaticano.

Num primeiro momento, boa parte da discussão era pautada pelo debate sobre a responsabilidade do Papa Pio XII. De um lado, muitos diziam que o pontífice poderia ter feito muito mais contra o nazismo e não o fez. Muitos destes críticos, chegaram a sugerir certa conivência de Pio com as políticas de Hitler. Por outro lado, muitos diziam que o líder do Vaticano fez tudo que estava a seu alcance e que seu silêncio se justificava pelo receio de represálias contra os católicos que viviam em territórios ocupados pelos nazistas.

O debate teve consequências práticas no mundo católico. Em 26 de dezembro de 2007, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou um artigo de Gilles Lapouge, correspondente do jornal em Paris, sobre o fato de o então Papa Bento XVI ter desacelerado o processo que tramita no Vaticano para a canonização de Pio XII. A decisão teria se dado em razão das discussões sobre o líder do Vaticano em exercício no período “não ter se empenhado na defesa dos judeus ameaçados pelo nazismo”. Pio XII, conforme conta Lapouge:

é repetidamente acusado pelos inimigos da Igreja e também por historiadores rigorosos de não ter feito grandes esforços para proteger judeus europeus do furor hitlerista. No entanto, segundo estes historiadores, o Vaticano era, junto com Berlim, o lugar do mundo onde se estava mais bem informado sobre as infâmias das câmaras de gás. Pio XII, porém, se calou (Lapouge, 2007, p. 12)

O fato de muitos dos sobreviventes do Holocausto ainda estarem vivos naquele momento tornava a questão ainda mais delicada e muitos líderes religiosos defenderam que o processo de beatificação de Pio XII deveria ser interrompido ao menos por uma geração em relação a eles (Revista Exame, 2014). Ainda diante da polêmica que impedia o processo de beatificação, em 2009 o então papa Bento XVI proclamou Pio XII como “venerável” e assinou um decreto reconhecendo as “virtudes heroicas do venerável Servo de Deus” (Correio Braziliense, 2009).

Ainda assim, muitos estudos, especialmente aqueles fomentados pela publicação dos “Atos e Documentos da Santa Sé...”, se dedicaram a analisar a atuação do pontífice a partir de sua faceta mais diplomática, atuando como intermediador na flexibilização de políticas migratórias que permitiram a fuga e o refúgio à muitos daqueles que eram então perseguidos pelo nazismo.

Este tema tem ganhado ainda mais destaque desde 2020, quando a abertura dos Arquivos do Vaticano dá início a uma nova fase deste debate. Ainda que esta seja uma fase em seu estágio inicial, os estudos publicados até aqui demonstram um redirecionamento nos interesses dos pesquisadores. Se até então os protagonistas das investigações eram os grandes políticos e as autoridades religiosas do alto escalão, agora vemos um foco muito maior nas vítimas do nazismo e naqueles que migraram.

Não poderíamos dizer, contudo, que se trata de uma história vista debaixo, já que as questões políticas dos grandes homens ainda são levadas em consideração, mas nota-se uma tendência a valorizar as trajetórias individuais, particularidades dos sujeitos cujas vidas foram impactadas por tais políticas.

Unindo tais trajetórias e documentos políticos do Vaticano à antigas fontes sobre as políticas diplomáticas e de imigração de outros governos – especialmente do

Brasil – a historiografia pós 2020 vem demonstrando novas interpretações sobre como questões raciais e religiosas marcaram todo este processo.

A abertura dos Arquivos do Vaticano ainda é um evento recente, mas os primeiros trabalhos resultantes desta iniciativa têm demonstrado que seu impacto na historiografia será notável. Como demonstra a breve revisão aqui apresentada, o que podemos esperar para os próximos anos são grandes reinterpretações que envolvem não apenas a historiografia do Vaticano durante o Holocausto, mas a própria historiografia do Estado Novo brasileiro e suas políticas migratórias.

REFERÊNCIAS

BBC News Brasil. **A carta que mostra que papa Pio 12 provavelmente sabia do extermínio nazista em 1942** — antes do que admite o Vaticano. 20 de setembro de 2023. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03v4g5p5rjo>>. Acesso 14 jan 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, 5, 11, p. 121-136, 2011.

BOTTUM, Joseph. The end of the Pius Wars. **First Things: A Monthly Journal of Religion and Public Life**, v. 142, 2004.

BOTTUM, Joseph; DALIN, David G. **The Pius War: Responses to the Critics of Pius XII**. Lexington Books, 2010.

CAPELLI, Benedetta. **O Arquivo do Papa aberto ao mundo. 22 de março de 2021.** Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-03/dentro-vaticano-pagano-arquivo-apostolico.html>>. Acesso 13 jan 2025.

CARNEIRO, M.L.T. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018.

CAVALCANTE, Lívia T. C.; OLIVEIRA, Adélia A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, 2020.

CODATO, A. Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. **História** (São Paulo), v. 32, n. 2, p. 189-208, 2013.

CORREIO Braziliense. **Bento XVI proclama veneráveis os papas Pio XII e João Paulo II.** 19 de dezembro de 2009. Disponível em: **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [227]

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/12/19/interna_mundo,161993/bento-xvi-proclama-veneraveis-os-papas-pio-xii-e-joao-paulo-ii.shtml>. Acesso 19 jan 2025.

CORNWELL, John. **O Papa de Hitler:** a história secreta de Pio XII. Imago, 2000.

COSTA, Sergio C. **Crônicas de uma guerra secreta.** Ed. Record. 2004.

DALIN, David G. **O mito do papa de Hitler.** Quadrante editora, 2019.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Cartaz do fotógrafo da Benetton agita a Berlinale.** 08 de fevereiro de 2002a. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/cartaz-do-foto%C3%BDgrafo-da-benetton-agita-a-berlinale/a-438220>. Acesso 30 dez 2024.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Igreja escondeu judeus dos nazistas em Roma, aponta pesquisa.** 07 de setembro de 2023. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/igreja-escondeu-judeus-dos-nazistas-em-roma-aponta-pesquisa/a-66752451>>. Acesso 14 jan 2025.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Novo filme de Costa-Gavras estréia com polêmica.** 13 de fevereiro de 2002b. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/novo-filme-de-costa-gavras-estr%C3%A9ia-com-pol%C3%A9mica/a-441309>>. Acesso 30 dez 2024.

DOINO JUNIOR, William. An annotated bibliography of works on Pius XII, the Second World War, and the Holocaust. In: BOTTUM, Joseph; DALIN, David G. **The Pius War:** Responses to the Critics of Pius XII. Lexington Books, 2010, p. 97-280.

ECKL, Marlen. O exílio no Brasil ou “a Europa no meio do mato”: desencontros entre Stefan Zweig e Ulrich Becher. **Revista IEB**, n. 53, p. 127-148, 2011.

FACCHINETTI, C.; VENANCIO, A. T. Gentes provindas de outras terras: ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, n. 2, p. 356–363, 2005.

FACCHINETTI, Cristiana.; MUÑOZ, Pedro F.; PEREIRA DA SILVA, Marcus V. et al. “Vatican Refugees” intellectuals, knowledge, and technologies in the flight from Nazism to Brazil (1938-1953). **Revista de História Comparada**, v. 17, n. 02, ed. 17, p. 157-172, 2025.

FRIEDLÄNDER, Saul. **Pio XII e o Terceiro Reich.** Ed Porto/Sextante, 2020.

GLASBERG, Rubens. **Os indesejáveis:** uma história de refugiados no tempo do nazismo. Ed. Terceiro nome, 2021.

GÖRGEN, Hermann M. De que modo o Vaticano nos salvou (a fuga ao nazismo: na Europa e além do Atlântico). In: GÖRGEN, Hermann M. **Ensaio**. Presença, p. 19-115, 1991.

HAACK, Jana; HINKEL, Sascha; RICHTER, Elizabeth-Marie et al. "I Think It Would Take Not 3,000, But 300,000 Visas!": New Questions and Perspectives on the Holy See's Brazilian Visa Project Arising from the Opening of the Vatican Archives for the Pontificate of Pius XII. **Antisemitism Studies**, v. 08, n. 01, p. 63-116, 2024.

HOCHHUTH, Rolf. **O Vigário**. Ed. Grijalbo, 1965.

KATZ, Robert. **Morte a Roma**: il massacro delle Fosse Ardeatine. Macmillan. Ed. Riuniti, 1971.

KATZ, Robert. **Fatal Silence**: The Pope, the Resistance and the German Occupation of Rome. Phoenix, 2004.

KERTZER, David. **The Pope at War**: The Secret History of Pius XII, Mussolini, and Hitler. Random House, 2022.

KESTLER, Izabela M. F. **Exílio e literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. Edusp, 2003.

LAPIDE, Pinchas. **Three Popes and the Jews**. Hawthorn Books, Inc., 1967.

LAPOUGE, Gilles. **Bento XVI e o processo de canonização de Pio XII**. Jornal O Estado de S. Paulo. 26 de dezembro de 2007, p. 12. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071226-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

LICHEN, Joseph. **A question of judgment**: Pius XII and the Jews. National Catholic Welfare Conference, 1963. Disponível em <<https://archive.org/details/questionofjudgme00lich>>. mode/2up>. Acesso em 13 jan 2025.

LICHEN, Joseph. Via Rasella and the Fosse Ardeatine. In: Graham, Robert (org.). **Pius XII and the Holocaust**: A Reader. Catholic League Religious, 1988. Disponível em <https://home.olemiss.edu/~rrychlak/web20061010/A%20Reader/Project%20Files/www.catholicleague.org/piusxii_and_the_holocaust/piusxii.htm>. Acesso 10 jan 2025.

MILGRAM, A. **Os judeus do Vaticano**: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Imago, 1994.

MORLEY, John F. **Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939–1943.** Ktav Pub & Distributors In, 1980.

O'CARROLL, Michael. **Pius XII: Greatness Dishonored.** Franciscan Herald Press, 1980.

O ESTADO de S. Paulo. **Ditadura não ajudou refugiados.** 05 de abril de 1974, p. 01. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730405-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

O ESTADO de S. Paulo. **Vaticano evoca era fascista.** 05 de abril de 1974, p. 02. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730405-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

O GLOBO. **Papa Francisco anuncia abertura de arquivos secretos do pontificado de Pio XII durante 2ª Guerra Mundial.** 04 de março de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/papa-francisco-anuncia-abertura-de-arquivos-secretos-do-pontificado-de-pio-xii-durante-2-guerra-mundial-23497988#:~:text=CIDADE%20DO%20VATICANO%20%E2%80%94%20O%20Papa,diplomacia%20oculta%2C%20mas%20ativa%22>>. Acesso 13 jan 2025.

PARADA, M. Arquivo e melancolia: Susanne Eisenberg Bach e sua trajetória exilar no Brasil. **Projeto História - Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, n. 81, p. 197-218.

REVISTA Exame. **Papa estuda abrir arquivos sobre polêmico Pio XII.** 03 de fevereiro de 2014, p. 02. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/papa-estuda-abrir-arquivos-sobre-polemico-pio-xii/>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

RITNER, Carol.; ROTH, John K. (eds.). **Pope Pius XII and the Holocaust.** Leicester, 2002.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 20, 2, p. 5-6, 2007.

RHODES, Anthony. **The Vatican in the Age of Dictators 1922-45.** Holt, Rinehart and Winston. 1974.

SANTOS, A.V. Educação e nacionalismo configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 24, p. 55-82, 2010.

SANTOS, J. A diplomacia pontifícia e os refugiados judeus no Brasil (1939-1941): uma investigação preliminar nos arquivos de Pio XII. **Rev. Hist.**, n.181, 2022.

SCHUR, Eugenia. In: FREIDENSEN, M.L. **Carta de chamada: relatos de imigração judaica em São Paulo de 1930-1942.** Annalume, p. 343-345, 2014.

STRAUS, Agi. **Entrevista concedida a Rachel Mizrahi.** Disponível no repositório ArqShoah. Disponível em <<https://travessias-arqshoah.com/survivors/104>>. Acesso 15 jan 2025.

THOMAS, Gordon. **Os judeus do Papa:** o plano secreto do Vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas. Geração, 2014.

VALBOUSQUET, Nina. Expériences migratoires et trajectoires familiales des réfugiés catholiques d'origine juive: un périple transatlantique entre Allemagne, Vatican et Brésil (1939-1942). **Diásporas:** Circulations, migration, historie, n. 39, p. 63-78, 2022.

ZUCCOTTI, Susan. Pope Pius XII and the Rescue of Jews in Italy: Evidence of a Papal Directive? **Holocaust and Genocide Studies**, v. 18, n. 2, p. 255-273, 2004.